

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/2023

FIXA OS CRITÉRIOS E OS VALORES DAS DIÁRIAS PARA OS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando que os Arts. 114, Inc. II, 121, § 1º, Incs. I e II, §§ 2º e 3º e 122 da Lei Municipal nº 924/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal), autoriza o pagamento de diárias aos servidores deste poder;
- considerando que o pagamento das diárias está regulamentado pelas Resolução nº 01 de 09 de abril de 2019;
- considerando que tal resolução está desatualizada quanto aos critérios e valores;
- considerando que a diária tem por finalidade o custeio de despesas com a alimentação, o transporte e a hospedagem do servidor, quando em viagem para fora dos limites territoriais do Município e do Estado do Espírito Santo;
- considerando a competência da Mesa Diretora da Câmara Municipal, para regulamentar a matéria, conforme disposto nos Arts. 32. Inc. II e 35, Inc. III da Lei Orgânica de Santa Maria de Jetibá:

RESOLVE:

Art. 1°. Esta resolução alcança todos os servidores da Câmara Municipal, ocupantes de cargos efetivos e comissionados, inclusive aqueles ocupantes do cargo de motorista e chefe de assessoria de transportes;



Art. 2°. A diária tem por finalidade o custeio das despesas do servidor, com o transporte, alimentação e a hospedagem, quando se deslocar para fora da área territorial do Município;

Art. 3°. A diária poderá ser fracionada, quando não incluir itens do seu custeio e tempo de deslocamento, contado da saída até o retorno;

Parágrafo único. Somente terá direito à diária completa, o deslocamento superior a 12 horas, com pernoite;

Art. 4°. O valor da diária, para deslocamento por período, entre 03 (três) e 06 (seis) horas, com transporte da Câmara é fixado em R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);

Parágrafo Único. Sem o transporte da Câmara para esse período o valor da diária é fixado em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

Art. 5°. O valor da diária, para o deslocamento superior a 06 (seis) horas até 12 (doze) horas, para dentro do Estado e sem pernoite, com transporte da Câmara é fixado em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

Parágrafo único. Sem o transporte da Câmara para esse período o valor da diária é fixado em R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais);

Art. 6°. O valor da diária, para deslocamento por período superior a 12 (doze) horas e até 24 (vinte e quatro) horas, dentro do Estado do Espírito Santo, com transporte da Câmara, para o custeio do pernoite e alimentação é de R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais);



Art. 7°. O valor da diária, para o deslocamento por período superior a 12 (doze) horas e até 24 (vinte e quatro) horas, para fora do Estado do Espírito Santo (exceto Brasília) é fixado em R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais);

Art. 8°. O valor da diária, para deslocamento para Brasília, com transporte da Câmara até o aeroporto de Vitória e vice-versa é fixado em R\$ 800,00 (oitocentos reais);

Parágrafo Único: Sem pernoite, meia diária no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Art. 9°. O servidor que se deslocar com pré-agendamento de evento ou serviços deverá requerer as diárias, com antecedência de 03 (três) dias úteis, devendo instruir o requerimento com a programação a ser cumprida ou justificativa prévia da motivação do deslocamento.

Parágrafo único. A comprovação do cumprimento do evento ou serviço, deverá ser juntada ao processo administrativo que originou o pagamento da diária, no prazo de 03 (três dias úteis, após o retorno;

Art. 10. O servidor poderá requerer o pagamento de diárias, sem prévio agendamento, obrigando-se a comprovar a participação no evento ou a realização do serviço, no prazo de 03 (três) dias úteis após o retorno.

Parágrafo Único. Entende-se por evento ou serviço, a participação em cursos, seminários, congressos, reuniões ou congêneres ou a realização de determinado serviço, inerente ao cargo ou funções, em cumprimento a determinação da administração da Câmara Municipal;

Art. 11. O requerimento de diárias, não efetivamente realizadas ou cumpridas, deverá ser glosado pela Secretaria Administrativa ou pelo Controlador Geral



Interno ou ainda, pelo Presidente, sujeitando-se o requerente a devolução do valor se tiver recebido antecipadamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, além de responder a processo administrativo disciplinar;

Art. 12. A despesas realizadas com as diárias, não estão sujeitas a prestação de contas, mas tão somente a comprovação do deslocamento, a finalidade, o tempo de deslocamento, a participação no evento e a efetiva realização do serviço, em formulário específico sobre a matéria;

Art. 13. O valor das diárias será reajustado anualmente, no mês de Março, de acordo com o índice de variação do IPCA/IBGE;

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 01/2019.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá, 27 de fevereiro de 2023.

JOEL PONATH

Presidente da Câmara/PSB

CLOVIS BRAUN

1º Vice-Presidente da Câmara/PMN

VALDEVINO MANSKE 2º Vice-Presidente da Câmara/PP

JOELIO ABELDT 1º Secretário/PTB ILIMAR VESPER 2º Secretário/PATRIOTA



JUSTIFICATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO № 01/2023, FIXA OS CRITÉRIOS E OS VALORES DAS DIÁRIAS PARA OS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL.

Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras:

As diárias para o custeio das despesas com a hospedagem, a alimentação e o transporte dos servidores da Câmara Municipal, quando em deslocamentos para fora do Município, atendendo a interesses da Câmara Municipal, são autorizadas pelos Arts. 114, Inc. II, 121, §1º, incisos I e II, §§ 2º e 3º e 122 da Lei Municipal nº 924/2006, o "Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal".

Os valores foram fixados pela Resolução nº 01 de 09/04/2019 e, decorridos quase 4 (quatro) anos, não foram corrigidos monetariamente e nem alterados em valores fixos.

O Projeto de Resolução fixa os novos valores das diárias, prevendo inclusive o fracionamento, com pernoite ou sem pernoite, para Brasília (DF), para outros Estados e para fora do Município e dentro do Estado do Espírito Santo.

Ponderamos que é competência da Mesa Diretora da Câmara Municipal, propor o Projeto de Resolução, conforme estabelece o Art. 35, Inc. III da Lei Orgânica de Santa Maria de Jetibá, cujo texto deverá obedecer ao Processo Legislativo e finalmente ser apreciado, discutido e votado pelo Plenário da Câmara Municipal.

Santa Maria de Jetibá, 27 de fevereiro de 2023.



JOEL PONATH

Presidente da Câmara/PSB

CLOVIS BRAUN

VALDEVINO MANSKE

1º Vice-Presidente da Câmara/PMN 2º Vice-Presidente da Câmara/PP

JOELIO ABELDT 1º Secretário/PTB

ILIMAR VESPER 2º Secretário/PATRIOTA